

Economista americana diz que Brasil precisa crescer 6% ao ano

Nova York — Para cumprir as metas fixadas pelo Fundo Monetário Internacional e os pagamentos dos juros sobre sua dívida externa, o Brasil "precisa crescer à média de 6 por cento ao ano para se aguentar". O país tem boas possibilidades a prazo mais longo, mas "a curto prazo sua situação é muito séria". O Brasil chegará a um ponto em que não poderá cortar mais as importações de forma viável. Terá que negociar novo pacote com os bancos em novos empréstimos".

Esta é a opinião de Karin Lissakers, estreita colaboradora da entidade Doação Carnegie para a Paz Internacional e ex-membro do governo dos Estados Unidos, que, ao discursar em recente seminário, argumentou que o sistema bancário mundial não ruirá sob o peso da dívida internacional, mas o pacote de salvamento elaborado para auxiliar os países devedores a superar a crise prejudicará as exportações das nações industriais.

"Os novos empréstimos que os países devedores receberam dos bancos são pequenos demais para a expansão e serão usados na maior parte para os pagamentos dos juros sobre a dívida bancária comercial" disse a especialista do setor bancário internacional. "Os saques do FMI serão inteiramente para pagar os empréstimos de transição (ponte) a curto prazo concedidos pelos governos, para manter os países devedores em funcionamento durante as negociações de uma reestruturação abrangente", acrescentou.

As exigências do FMI para que os países tomadores de empréstimos cortem as importações já reduziram o comércio dos Estados Unidos com o Brasil, México, Argentina e Venezuela, além de outros países latino-americanos, em 25 por cento nos primeiros 10 meses de 1982.

Lissakers explicou que "quando o México teve que cortar as importações 20 a 40 por cento, para cumprir as metas do FMI, isso atingiu primeiro e principalmente" os Estados Unidos, de onde se originam 70 por cento das importações astecas.

A receita do FMI para o problema alimentará a continuada instabilidade, porque os países terão que lançar mão de reservas de câmbio estrangeiro, essencialmente inadequadas para tentar manter os pagamentos em seu vencimento, continuou a especialista.

"Temo que a dívida comercial estará na parte de baixo do poste do totem. Os países devedores darão primeira prioridade ao pagamento dos juros sobre a dívida bancária", disse ela a cerca de 100 exportadores e importadores. Acrescentou que a ironia é que "o impacto imediato do programa de salvamento é aumentar a dívida dos países em desenvolvimento e os lucros dos bancos".

Os países tomadores de empréstimo estão pagando alta taxa de juros sobre os novos créditos e renegociando a dívida existente a taxas mais altas ainda. "Os empréstimos aos países latino-americanos se encontram entre os mais lucrativos dos livros bancários", salientou Lissakers, apesar de muitos desses lucros não passarem de "rendimento no papel até o momento".

No entanto, ela acredita que "é de visão muito curta fazer o que eles (os bancos) estão fazendo: colocando investimento a prazo mais longo em risco a custo da manutenção de altos níveis de receita". Disse que os bancos deveriam reescalonar e proporcionar novo dinheiro numa base que reduza e não aumente o serviço da dívida para os países com problemas. Isso serviria a dois objetivos: "Mais do dinheiro proveniente do comércio e empréstimos pode ser usado para importações — para manter um nível mais elevado de comércio; e os países em desenvolvimento não teriam que impor austeridade tão draconiana. Isso beneficiaria os países e a economia mundial. O presente enfoque está alimentando as pressões recessionárias deflacionárias e torna a recuperação tanto mais difícil nos Estados Unidos e no exterior".